

OS LIMITES E AS LIMITAÇÕES DA CAVERNA: O MITO PLATÔNICO EM PLANOLÂNDIA, DE EDWIN A. ABBOTT

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo uma análise de aspectos da literatura utópica/distópica em geral, e da obra Planolândia, de Edwin A. Abbot, em específico, a partir de aproximações de ambas perspectivas com o Mito da Caverna, descrito por Sócrates, na obra A república, de Platão. Ao longo da análise, discutiremos as semelhanças das reações dos prisioneiros da narrativa platônica com as formas pelas quais o utopismo e as utopias literárias são, muitas vezes, criticadas e hostilizadas justamente pelo público que pretendem conscientizar. Com isso, pretendemos demonstrar que a recusa do ideal utópico ou mesmo de possibilidades alternativas de organização societária escondem discursos conservadores e autoritários que possibilitam a manutenção do status quo em uma determinada época ou sociedade.

Palavras-chave: Literatura, utopia, conservadorismo, distopia

ABSTRACT

THE CAVE'S LIMITS AND LIMITATIONS: THE PLATONIC MYTH IN FLATLAND, BY EDWIN A. ABBOTT

This article aims to present an analysis of some aspects of utopian and dystopian literature in general and of the work Flatland, written by Edwin A. Abbott, in specific, through approximations of both perspectives to the Cave Myth, described by Socrates, in The Republic, by Plato. As we proceed, we will discuss the similarities between the reactions of the prisoners in platonic narrative and the ways utopianism and literary utopias are at times criticized and harassed by the same public whose awareness they intend to raise. Hence, we mean to demonstrate that the refusal of the utopian ideal or even of alternative possibilities of social organization conceal conservative and authoritarian discourses that make possible the preservation of the status quo in a certain period and society.

Keywords: literature, utopia, conservatism, dystopia

RESUMEN

LOS LÍMITES Y LIMITACIONES DE LA CUEVA: EL MITO PLATÓNICO EN PLANOLÂNDIA, POR EDWIN A. ABBOTT

Este artículo tiene como objetivo analizar aspectos de la literatura utópica / distópica en general, y de la obra Planolândia, de Edwin A. Abbot, en particular, desde las aproximaciones de ambas perspectivas con el Mito de la Cueva, descrito por Sócrates, en la obra La República, de Platón. A lo largo del análisis, discutiremos las similitudes de las reacciones de los prisioneros de la narrativa platónica con las formas en que el utopismo y las utopías literarias suelen ser criticados y acosados precisamente por el público al que pretenden concienciar. Con esto, pretendemos demostrar que el rechazo del ideal utópico o incluso de posibilidades alternativas de organización social esconde discursos conservadores y autoritarios que permiten el mantenimiento del statu quo en una época o sociedad determinada.

Palabras clave: literatura, utopía, conservatismo, distopía

Escrita na década 370 a.C., *A República* de Platão é uma das referências imediatas quando se aborda o desenvolvimento histórico do utopismo da Antiguidade até os dias atuais. Ainda que exemplos anteriores da imaginação utópica possam ser encontrados em narrativas míticas - de caráter religioso ou não - ou em obras como, por exemplo, *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo e *Metamorfoses*, de Ovídio, ambas do século VIII a.C., a proeminência do texto platônico se deve a diferentes motivos, dentre o quais dois são de nosso específico interesse.

Primeiramente, as projeções utópicas precedentes se misturavam de forma quase indistinguível dos preceitos místicos que as orientavam, apontando ora para um passado idealizado, mas irrecuperável; ora para uma esfera paradisíaca reservada para os adeptos de determinados credos. Como salienta Teixeira Coelho,

E entre as sociedades históricas, como as de que se originou esta civilização, as formas do pensamento religioso encarregam-se de servir como veículos primeiros para a imaginação utópica. A ideia de um paraíso a alcançar, depois, mais tarde, ao fim de alguma coisa - em todo caso, no futuro - ou a intuição de um paraíso perdido, esquecido lá para trás e do qual o homem teria saído ou sido expulso, são as formas mais comuns de manifestação religiosa da vontade utópica. (COELHO, 1981, p. 15)

Não obstante a sua importância como formas de propagação do utopismo no imaginário humano, os discursos religiosos localizam o “melhor estado das coisas” em regiões inalcançáveis empiricamente, exortando apenas indiretamente a transformação da realidade social de seus seguidores, o que se dava justamente pelo estímulo de uma conduta individual considerada adequada. Ainda assim, a salvação que garantiria ingresso na utopia celeste não podia jamais ser plenamente assegurada.

Em contrapartida, a obra de Platão é um tratado filosófico que, por meio dos diálogos de Sócrates, discute e descreve uma estrutura social baseada na justiça e na

ordem. A “cidade bela” (*Kallipólis*) idealizada por Platão tem, dentre outros preceitos fundamentais, a racionalidade como guia para as ações tanto dos sujeitos quanto do Estado, o que redundaria em uma comunidade harmoniosa e saudável. *A república*, portanto, detalha as características de um meio social não apenas concreto e verossímil, do ponto de vista de coerência interna, mas também passível de ser buscado e erigido pelos indivíduos em sua realidade histórica, ainda que o próprio filósofo admita inerente dessa proposta. Dessa forma, mesmo resguardadas as diferenças em termos estruturais e retóricos, o texto platônico é mais próximo dos textos utópicos posteriores. Fernando Maurício da Silva enfatiza que *A república* é um

Texto que descreve a própria experiência de buscar um modelo, a um só tempo individual e político, pedagógico e estético, metafísico e gnosiológico, matemático-astronômico e dialético, numa articulação dos liames originários entre as principais dimensões da vida humana. Texto que descreve o exercício de entrar no país da filosofia. (SILVA, 2017, p. 14)

E é justamente nessa relação intertextual com a literatura utópica que encontramos o segundo motivo que nos propusemos a apresentar. A influência de *A república* pode ser percebida desde a obra que não apenas cunha o termo utopia e define a sua significação, mas também inaugura um gênero literário específico, cuja dimensão retórica se volta justamente para a caracterização de uma sociedade considerada modelar. Publicada em 1516, a obra *Utopia*, de Thomas More, formaliza, em um arquétipo ficcional, problematizações do tempo presente e aspirações por melhores condições de vida já presentes como modalidade utópica¹ em obras da Antiguidade, nas projeções idílicas medievais como a *Cocanha* e em narrativas como *O livro da cidade das senhoras* (1405), de Cristina de Pisano.

A herança do pensamento platônico, contudo, destaca-se não apenas no que se refere ao plano geral da obra de More em termos estruturais e teleológicos, mas também em relação a aspectos específicos na descrição

da sociedade idealizada como, por exemplo, o caráter essencial dos princípios de justiça e de virtude. Além disso, ambos os pensadores utilizaram a ficção para refletir sobre suas respectivas realidades históricas. Não obstante, há também significativas diferenças na forma como esse recurso foi mobilizado por cada um deles. Como salienta Fátima Vieira,

Eles [*Platão e More*] se diferenciam, entretanto, no modo como eles apresentaram essa ficção; e não poderia ser de outra forma, uma vez que More criou a palavra utopia porque ele precisa designar algo novo, que incluísse o esquema narrativo que ele inventou. Em relação a isso, a palavra é usada atualmente para se referir a textos que foram escritos antes do tempo de More, assim como para aludir a uma tradição do pensamento que é fundada na consideração, por meio da fantasia, de soluções alternativas para a realidade² (VIEIRA In CLAEYS, 2010, p. 05, *tradução nossa*)

O gênero literário fundado por More figura, portanto, um espaço social alternativo, cuja organização, presumidamente superior, exporia de maneira enfática as imperfeições do tempo presente. “Utopia é a expressão do desejo por uma melhor forma de ser³” (LEVITAS, 2010, p. 9, *tradução nossa*).

No que se refere aos processos hermenêuticos de sua recepção, as utopias literárias foram muitas vezes lidas como projetos acabados reforma sociopolítica, o que resultou em críticas inflamadas ao seu status autocrático, homogeneizador e opressivo. As sátiras utópicas, as antiutopias e as distopias⁴ são produtos dessa reação ao universalismo redentor dos utopistas.

Entretanto, consideramos que as projeções utópicas na literatura não têm como finalidade a prescrição de um plano objetivo e detalhado para a solução das iniquidades do mundo empírico. De certa forma, a própria essência ficcional desses textos já indica um efeito de contraste com a realidade que, em alguns casos, chega a tangenciar o modo de expressão alegórico. Afinal, em

seu diálogo com a sociedade modelar, o leitor visita “lugar nenhum”, significado etimológico do próprio vocábulo utopia.

Para criar o seu neologismo, More recorreu a duas palavras gregas – *ouk* (que significa não e foi reduzida para *u*) e *topos* (lugar), a qual ela acrescentou o sufixo *ia*, indicando um lugar. Etimologicamente, utopia é, consequentemente, um não-lugar, simultaneamente constituído por um movimento de afirmação e de negação⁵ (VIEIRA In CLAEYS, 2010, p. 04)

Nessa perspectiva, a reflexão sobre as imperfeições da realidade a partir da comparação com outra organização societária – mesmo que permeada por radicalismos e impossibilidades práticas – se destaca como inerente à dimensão simbólica das utopias. Em outras palavras, esses textos exortam a percepção dos problemas sociais de seus períodos de produção e sugerem caminhos para seu enfrentamento, mas não necessariamente impõem um conjunto fechado de soluções.

Tal exortação é emblemática do momento no qual o texto de More foi escrito, uma vez que, com o enfraquecimento do teocentrismo medieval e o advento do Humanismo, os indivíduos passam a serem vistos como agentes históricos capazes de transformar/recriar suas próprias condições sociais por meio de decisões alicerçadas no pensamento racional.

A valorização da razão como instrumento de mudança é outro aspecto fundamental do pensamento platônico que se revela indelével em *Utopia* e nas obras que lhe são tributárias. Sejam os escritos utópicos vistos como programa delineado ou como figuração de contraposição ao real, o racionalismo é o preceito que orienta suas estruturas. Se, inicialmente, esse processo está ainda em diálogo com convicções religiosas - como podemos perceber em produções como *O mundo sábio e louco* (1552), de Anton Francesco Doni, *A cidade do sol* (1605), de Tommaso Campanella, e *Cristianópolis* (1619), de Johannes Andreae -, paulatinamente, o saber científico assume função essencial na articulação

das utopias, consolidando-se como símbolo das potencialidades criativas e racionais dos seres humanos. *Nova Atlântida* (1626), de Francis Bacon, destaca-se como obra exemplar dessa transição entre misticismo e cientificismo, principalmente quando consideramos a importância da instituição denominada de Casa de Salomão no texto.

Devemos questionar, todavia, como dá a apreciação de uma utopia literária em seu primeiro contexto de recepção? Tendo em vista sua retórica crítica, muitas vezes mordaz, do tempo presente, como os leitores podem reagir aos espaços alternativos descritos pelos utopistas?

O fato de o texto de More ter sido publicado na Inglaterra apenas dezesseis anos após a sua execução pode servir como um exemplo esclarecedor para essas questões. Ainda que de certa forma protegidos pela ficcionalidade de seus universos diegéticos, os escritores foram recorrentemente alvos de críticas e mesmo perseguições por causa de suas ideias e de seus idealismos. A contestação do *status quo* teve que recorrentemente enfrentar arroubos conservadores e movimentos reacionários.

Na obra *Planolândia*, de autoria de Edwin A. Abbott e publicada em 1884, encontramos na própria diegese a figuração desse conflito entre o desejo por transformações e as barreiras impostas por aqueles que defendem a estagnação, embate que reproduz uma face da própria história da literatura utópica. O primeiro público leitor de *Planolândia*, por exemplo, não demonstrou grande entusiasmo pelo texto, interpretando-o basicamente como uma criativa fábula matemática.

Nos círculos da matemática e da ciência, Edwin Abbott é conhecido por uma coisa e uma única coisa: a sua fantasia matemática *Planolândia*. Para os seus contemporâneos, entretanto, ele era conhecido como professor, escritor, teólogo, estudioso de Shakespeare e do Classicismo. A seção dedicada a ele no *Dicionário nacional de biografias* ocupa mais de duas páginas de colunas duplas,

ainda assim *Planolândia* não é mencionada⁶ (STEWART In ABBOTT, 2002, p. 09, tradução nossa)

Dessa forma, a recuperação do mito da caverna, descrito no Livro VII de *A república*, parece-nos produtivo como metodologia de estudo da narrativa de Abbott e dos impactos do utopismo no imaginário de certos grupos.

Resumidamente, a famosa passagem platônica narra a trajetória de um prisioneiro mantido, juntamente com outros pares, acorrentado desde o seu nascimento em uma caverna sem a possibilidade de se mover ou mesmo mexer livremente o pescoço. Da entrada iluminada da caverna são projetadas sombras que os condenados acreditam ser todo o mundo natural. Depois de conseguir se libertar, o prisioneiro, não sem dificuldades, contempla o mundo externo e percebe, ao mesmo tempo, a sua amplitude e a limitação do senso de realidade que ele mantinha no cativeiro. Condoído por seus companheiros, ele retorna para a caverna a fim de apresentar aos demais suas descobertas e os libertar física e mentalmente. Entretanto, ele é desacreditado, tratado como louco e, finalmente, assassinado.

Sócrates – E se tiver de novo em competição com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que seus olhos tenham se recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros se riam à sua custa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria, se pudesse fazê-lo. (PLATÃO, 2000, p. 228)

No mito, a caverna pode ser entendida como o mundo sensível habitado por todos os seres humanos, que, dada as limitações dos seus próprios sentidos, compreendem as sombras como elementos concretos de toda a reali-

dade a que têm acesso. Os grilhões, por sua vez, podem ser associados ao senso comum, à ignorância e ao medo que previnem a busca por horizontes mais amplos de pensamento e de existência. O prisioneiro liberto que tenta ajudar seus companheiros pode ser tomado com a personificação do filósofo que, tendo entrado em contato com o universo superior das ideias, busca a emancipação de seus semelhantes por meio da retórica. Esse plano de libertação se relaciona diretamente com as duas formas de conhecimento reconhecidas por Platão, de forma que afastar os prisioneiros de um saber puramente sensível seria fundamental para aproximá-los do ideal da Verdade. Marilena Chauí comenta que

Platão diferencia e separa radicalmente duas formas de conhecimento: o conhecimento sensível (crença e opinião) e o conhecimento intelectual (raciocínio e intuição) afirmando que somente o segundo alcança o Ser e a verdade. O conhecimento sensível alcança a mera aparência das coisas, o conhecimento intelectual alcança a essência das coisas, as ideias. (CHAUÍ, 2000, p. 140)

É apreensível o caráter utópico desse espaço para além da entrada da caverna, no qual o saber intelectual permitiria o contato com a substância essencial do mundo. Ao aplicar o mesmo princípio na organização da *Páideia* filosófica, Platão substancia de forma ainda enfática a importância da razão como ferramenta social para o afastamento das sombras da ignorância construída pela primazia do sensorial.

Isso não significa, porém, que o filósofo rejeite toda e qualquer experiência sensível. A visão, por exemplo, é uma faculdade positiva quando não é deturpada pelo obscurantismo ou desvinculada do raciocínio. Neste assunto, Platão valoriza, inclusive, a geometria como uma das ciências que podem contribuir para a ampliação do olhar dos sujeitos sobre si mesmos e sobre a realidade.

A narrativa sobre os homens acorrentados na caverna continua explicitando que eles não viam a si mesmos e das outras coisas viam ape-

nas “sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna”. Portanto, a visão em si mesma não possui sentido negativo, senão quando se trata da visão de “sombras sobre”. Se Platão admite a geometria como uma das ciências que auxiliam a formação da alma é porque a visão das Ideias se dá em termos de focalização ou projeção de luz, tal como alude aqui a imagem do fogo sobre a parede. (SILVA, 2017, p. 269-270)

Planolândia figura um universo ficcional no qual todas as personagens são figuras geométricas planas, o que caracterizaria o seu mundo de maneira semelhante a uma folha de papel, na qual os sujeitos habitam e coexistem. Nesse meio social, a visão como forma de reconhecimento pessoal e espacial é prejudicada, sendo necessária a utilização de outros sentidos, como o tato e audição, para esses fins. Percebemos, assim, que, similarmente aos prisioneiros da caverna de Platão, as personagens de Abbott estão restritas à esfera do sensível, ainda que, ironicamente, sejam constituídas e definidas pela ciência que permitiria a contemplação do mundo das Ideias. Como notamos na passagem abaixo, noções de restrição de movimento e o próprio termo sombra são utilizados para descrever a esfera diegética do texto.

Chamo nosso mundo de Planolândia não por ser assim que o chamamos, mas para deixar sua natureza mais clara a vocês, meus ditosos leitores, que têm o privilégio de viver no espaço. Imagine uma grande folha de papel sobre a qual linhas retas, triângulos, quadrados, pentágonos, hexágonos e outras figuras, em vez de ficarem fixos em seus lugares, movem-se livremente em uma superfície, mas sem o poder de se elevarem sobre ela ou de mergulharem abaixo dela, assim como as sombras - só que com bordas firmes e luminosas. Assim você terá uma noção bem correta de meu país e de meus compatriotas. (ABBOTT, 2019, p. 53)

Dessa forma, deparamo-nos com uma estrutura social peculiar na obra, uma vez que as personagens têm seus

movimentos fortemente limitados, mas habitam um *ethos* formatado pela área do pensamento que mais diretamente exprime o raciocínio lógico, isto é, a matemática. Nesse aspecto, encontramos mais um ponto de convergência entre a narrativa de Abbott e a filosofia platônica. Como esclarece Chauí,

O raciocínio treina e exercita nosso pensamento, preparando-o para uma purificação intelectual que lhe permitirá alcançar uma intuição das ideias ou das essências que formam a realidade ou que constituem o Ser. Para Platão, o primeiro exemplo do conhecimento puramente intelectual e perfeito encontra-se na matemática, cujas ideias nada devem aos órgãos dos sentidos e não se reduzem a meras opiniões subjetivas. O conhecimento matemático seria a melhor preparação do pensamento para chegar à intuição intelectual das ideias verdadeiras, que constituem a verdadeira realidade. (CHAUÍ, 2010, p. 140)

A figuração paradoxal desse espaço, ao mesmo tempo limitador e racional em *Planolândia*, pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas.

Inicialmente, é importante reconhecer as condições histórico-sociais nas quais a obra foi produzida, assim como certas teorias e tendências que marcaram o século XIX.

Diferentes abordagens do texto de Abbott privilegiam o seu olhar crítico sobre a Era Vitoriana britânica (1837 – 1901), especialmente no que se refere à rígida hierarquia social e ao tratamento discriminatório e opressivo das mulheres na época. Assim, um período considerado de paz e de relativa prosperidade, em grande medida atribuído aos ideais racionalistas e progressistas, apresentava uma faceta marcada pela desigualdade e pela estigmatização.

Complementarmente, podemos associar a criticidade da obra à influência do positivismo de Augusto Comte

(1798 – 1857) sobre as teorias sociológicas oitocentistas. A valorização das ciências como forma de promover o desenvolvimento das nações não se desvincula de um impulso utópico, que ao mesmo tempo em que reconstrói idealismos e racionalismos do passado, projeta um futuro melhor.

Diante disso, consideramos que Abbott problematiza a real possibilidade de o pensamento racional promover, por meio do raciocínio lógico, a edificação de uma sociedade perfeita. Se essa percepção é visível na relação com o período Vitoriano, ela também o é na própria constituição de *Planolândia*.

À guisa de exemplificação, as figuras geométricas que habitam o espaço ficcional são hierarquicamente divididas em classes de acordo com o número de lados que possuem e com a perfeição de seus ângulos.

Nossos soldados e as classes mais baixas de trabalhadores são triângulos com dois lados iguais, de uns 28 centímetros de extensão, e uma base ou terceiro lado tão curto (frequentemente não excede um centímetro e meio) que eles formam nos vértices um ângulo muito agudo e perigoso (...) Nossa classe média consiste de triângulos equiláteros, ou de lados iguais. Nossos profissionais e cavalheiros são quadrados (a cuja classe eu pertenço) e figuras de cinco lados, ou pentágonos. Acima deles, temos a nobreza, que possui vários graus, começando com as figuras de seis lados, ou hexágonos, e daí em diante aumentando o número de lados até que recebem o título honorífico de polígono, ou figuras de muitos lados. Finalmente, quando o número de lados fica tão grande, e os próprios lados tão pequenos, que a figura não pode ser distinguida de um círculo, ela é incluída na ordem circular, ou sacerdotal, e essa é classe mais alta de todas. (ABBOTT, 2019, p. 127)

A divisão das personagens com base em suas características “físicas” inerentes poderia ser entendida

como uma medida racional para a solução de questões importantes como, por exemplo, a divisão do trabalho. No entanto, a rigorosa arbitrariedade dessa separação desvela a aplicação de um parâmetro racional específico, que poderia mesmo ser invertido. A sua possibilidade de reversibilidade demonstra o caráter híbrido da estrutura de classes e a imposição de argumentos pretensamente lógicos. Se, em *A república*, Platão operacionaliza o mito das raças metálicas para embasar a sua oligarquia⁷; discursos vitorianos subvertiam o evolucionismo de Charles Darwin para justificar não apenas a estratificação social, mas também a vigência de práticas eugênicas, que incluíam a discriminação de sujeitos considerados indesejáveis. De acordo com Stewart, essa subversão confluía na

(...) difundida leitura equivocada vitoriana, segundo a qual a característica central da mudança evolutiva é o progresso em direção a um estado superior. Essa leitura equivocada era interessante para os vitorianos porque proporcionava uma justificativa biológica para uma sociedade desigual orientada pelos privilegiados⁸ (STEWART In ABBOTT, 2002, p. 45, tradução nossa).

Diante desses aspectos, poderíamos considerar *Planolândia* como uma utopia tradicional ou uma distopia moderna?

A nosso ver, outra categoria seria a mais adequada para o enquadramento da obra: a das utopias críticas. Os textos desse grupo descrevem sociedades que se pretendem modelares, mas que têm suas deficiências expostas ao longo das narrativas. A dimensão argumentativa desse gênero não se concentra, portanto, em um ceticismo absoluto em relação ao utopismo como proposta. Não obstante, essas obras problematizam determinadas simplificações e arbitrariedades que podem fazer parte das idealizações sociais. Tom Moylan (2014) afirma que as utopias críticas enfatizam a existência de imperfeições em seus espaços ficcionais, mas preservam o sonho da sociedade perfeita, embora o recusem como projeto acabado.

Essa é a dinâmica retórica que encontramos em *Planolândia*. De um lado, é notável a problematização dos limites da racionalidade como único sustentáculo da transformação utópica; e, de outro lado, a preservação de um idealismo renovador que almeja outras formas de organização societária.

Nesse sentido, as personagens da narrativa também habitam uma espécie de caverna, onde os recursos sensoriais se misturam com certo nível de racionalidade, que, todavia, não admite questionamentos ou alternativas. As limitações de movimento e de pensamento dos habitantes de Planolândia não são tão severas quanto aquelas dos prisioneiros de Platão, mas suas convicções impedem que eles ultrapassem o limite da entrada.

Um dos aspectos mais interessantes do texto é o fato de que essas restrições não se aplicam apenas ao espaço que dá título à obra, o que se torna evidente com a trajetória da personagem-narrador A. Square⁹.

De forma semelhante ao que ocorre com os protagonistas de algumas distopias do século XX - a exemplo de *Nós* (1924), de Eugene Zamiatin, e *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury -, Square é um sujeito relativamente bem integrado ao seu meio social, que descreve ao leitor as particularidades de seu país, sem se furtar de comentários críticos e, por vezes, de elogios ao sistema instituído.

Em certa noite, porém, a personagem tem um sonho que deflagra a progressiva destruição de seus grilhões. Square descreve da seguinte maneira o que teria presenciado na ocasião:

Vi na minha frente uma multidão imensa de pequenas linhas retas (que naturalmente supus serem mulheres) intercaladas com outros seres ainda menores que eram como pontos brilhantes - todos se movendo para lá e para cá na mesma linha reta, e, pelo que pude julgar, com a mesma velocidade. (ABBOTT, 2019, p. 851)

Ao contrário do que imagina o protagonista, essas criaturas não são mulheres de seu país, mas habitantes de

outro espaço social, que, de acordo com seu monarca, chamava-se Linhalândia. O diálogo entre as duas personagens se torna gradualmente um conflito discursivo entre duas formas de visão e de representação do mundo no qual cada um habita. Entretanto, o texto deixa claro para o leitor que a realidade de Square é consideravelmente mais ampla do que aquela conhecida por seu interlocutor.

Parecia que este pobre e ignorante monarca – como ele chamava a si mesmo – estava convencido de que a linha reta a que ele chamava de seu reino, e onde vivia, compunha a totalidade do mundo e, na verdade, a totalidade do espaço. Não sendo capaz de se mover nem de ver, a não ser sua linha reta, ele não tinha qualquer concepção de nada fora dela. (ABBOTT, 2019, p. 871)

Mesmo se tratando de uma experiência onírica, a relação que se estabelece entre as personagens é semelhante àquela encenada pelos prisioneiros no mito platônico. Os habitantes de Linhalândia, assim como os indivíduos acorrentados na caverna, não conseguem vislumbrar nenhum espaço de existência para além dos limites dentro dos quais sempre viveram. A capacidade sensorial delinea o senso de realidade dessas criaturas e suas mentes, engessadas pelo que é palpável e já conhecido, rejeitam a apresentação de uma alternativa para suas percepções. Nesse sentido, ainda que Square não seja um conterrâneo do monarca, ele atua como o prisioneiro que tenta desmitificar as sombras da caverna para seus companheiros. “Uma vida assim, com a visão limitada a um ponto e todo o movimento, a uma linha reta, parecia-me tremendamente lúgubre [...] Pois o seu espaço não é o verdadeiro espaço. O verdadeiro espaço é um plano, e seu espaço não passa de uma linha” (ABBOTT, 2019, p. 888, 989).

Contudo, a retórica do protagonista é peremptoriamente contestada e ridicularizada pelo seu interlocutor, ainda que por meio de argumentos pouco razoáveis e renitentes. Mesmo quando Square se eleva para além das fronteiras de Linhalândia, demonstrando que há

todo um universo não conhecido por seus habitantes, a ignorância e o ceticismo do governante não são superados. Eventualmente, violência similar a que é deflagrada na caverna de Platão se torna iminente e, antes de ser agredido pelas linhas que o cercam, o protagonista é despertado de seu sonho pela campanha do jejum.

Há diferentes formas de abordar esse encontro na obra de Abbott sob o viés da reflexão utópica, dentre as quais destacaremos duas, sendo uma mais próxima do utopismo como posicionamento crítico diante do real, e a outra diretamente associada ao arquétipo fundado por More.

Como mencionamos anteriormente, o idealismo utópico conquistou diversos detratores e opositores ao longo de sua história. A exposição e a defesa de formas alternativas de organização societária foram recorrentemente vistas com desconfiança por aqueles que sentem (ou se imaginam sentir) confortáveis com o *status quo* ou satirizadas pelos que enxergam nas utopias pouco mais do que um delírio inconsequente. Ambos os posicionamentos parecem convergir na reação dos prisioneiros da caverna de Platão, já que “tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados” (PLATÃO, 2000, p. 226). Pode parecer contraditório o uso do termo confortável para indivíduos acorrentados em um espaço insalubre, mas, reafirmando o caráter alegórico da passagem platônica, essa afirmação se refere mais especificamente a uma aceitação resoluta de modelos estabelecidos de representação do real, que não apenas permitem a compreensão generalista do mundo, mas também definem parâmetros considerados aceitáveis de subjetividade e identidade. Ao propor ou figurar uma reestruturação do meio social, o utopista coloca em questão os modos pelos quais seus pares entendem sua própria existência. Como vemos em *Planolândia*, as linhas conseguem apenas vislumbrar um universo linear. O conformismo, nesse sentido, é também uma tentativa de autoproteção. Essa dinâmica de ação e reação faz com que a posição do idealista utópico se torne mais arriscada e o seu discurso seja frequentemente relegado ao plano do desvario idiossincrático. Teixeira Coelho defende que

Contrariamente àquilo que insistem em divulgar os defensores do realismo responsável - cuja única realização, além da demagogia, é a defesa da estagnação - a imaginação utópica não é delirante, nem fantástica. Ela parte, sim, de fatores subjetivos produzidos, num primeiro momento, apenas no âmbito do indivíduo. Mas, a seguir, ela se nutre dos fatores objetivos produzidos pela tendência social da época, guia-se pelas possibilidades objetivas e reais do instante, que funcionam como elementos mediadores no processo de passagem para o diferente a existir amanhã. Não é fantasia inconseqüente (pelo contrário: deve ter seqüência), mas tampouco se deixa nortear e corrigir pelo dia-a-dia, pelo terra-a-terra: seu lastro é o da realidade da própria antecipação visada, a única realidade plausível que existe. (COELHO, 1981, p. 09)

Entretanto, temos que admitir que a função desempenhada por Square nesse momento da narrativa é peculiar, já que a personagem não adentra o país das linhas, mas é visitado, ainda que durante o sono, em seu próprio espaço por essas criaturas. O movimento do protagonista é, conseqüentemente, inverso ao da tentativa de esclarecimento e resgate dos habitantes da caverna. No universo ficcional de Abbott, a limitação das ideias não depende de restrições físicas, mas de um certo estado de consciência que bloqueia qualquer esforço ulterior de conscientização.

De outro lado, se associamos o conflito entre o protagonista e as linhas em *Planolândia* com a estrutura narrativa tradicional das utopias literárias, percebemos também algumas inversões e subversões que potencializam o viés crítico da obra em questão.

Vita Fortunati (2000) ressalta que o deslocamento de uma personagem de um espaço mimético ao do leitor para uma sociedade modelar é um dos elementos definidores do arquétipo das utopias literárias tradicionais. Seja espacial, temporal ou mesmo onírico, o distanciamento de seu universo de referência permite que esse viajante observe com mais criticidade ambas as realida-

des, ao mesmo tempo em que fortalece a participação do leitor, que também explora como certo estranhamento esse “outro lugar nenhum”.

Em *Planolândia*, todavia, é o protagonista quem é visitado, ainda que em sonho, por forasteiros, que trazem consigo uma forma de compreensão do mundo praticamente impermeável a quaisquer visões ou provas contrárias. Tal resistência se mantém, como vimos, mesmo diante de dados empíricos da existência de uma realidade plana. Ainda que o país de A. Square seja problemático em vários níveis, seria como se na obra o viajante se recusasse a aceitar as características da sociedade utópica, reafirmando, sublimando e ferozmente defendendo o *status quo*. Seria como se Rafael Hitlodeu desprezasse a forma de vida dos utopianos e exaltasse a estrutura social da Inglaterra do século XVI.

Diante disso, é interessante considerar que a própria racionalidade que supostamente orienta (ou deveria orientar) o pensamento sociológico revela seus limites quando, mesmo diante de fatos e comprovações, o desejo por transformação é suplantado pela ignorância, pelo comodismo e pelo autoritarismo ideológico.

Esse comportamento cético e, até certo ponto, irracional não se restringe apenas aos cidadãos de Linhalândia, sendo demonstrado por outras personagens, inclusive, o protagonista.

Alguns dias depois desse encontro onírico com as linhas, Square é visitado por um ser cuja origem desafia as convicções da personagem. No emblemático momento de início de um novo milênio em Planolândia, o protagonista se vê diante de uma figura geométrica espacial, ou seja, oriunda de uma realidade com três dimensões. “O senhor acha que tem apenas duas dimensões, mas eu vim apresentar uma terceira: altura, largura e extensão” (ABBOTT, 2019, p. 1141). Novamente, o autor modifica a estrutura arquetípica das narrativas utópicas ao introduzir o representante da sociedade mais evoluída na realidade já conhecida e assimilada de Square. Nesse sentido, a visita se assemelha mais com o retorno do prisioneiro para a caverna

do que o sonho anterior, ainda que o diálogo assuma contornos muito específicos.

Não estou para pilhérias. Estou dizendo que vim do espaço, ou, já que o senhor não quer entender o que espaço significa, da Terra das três dimensões, de onde somente recentemente me dignei a observar o seu plano, que o senhor sem dúvida chama de espaço. Dessa posição privilegiada, eu percebi tudo aquilo a que o senhor se refere como sólido (que para o senhor que dizer “fechado nos quatro lados”); suas casas, igrejas, baús e cores; sim, até seus interiores e seus abdomes, todos abertos e à vista para mim (ABBOTT, 2019, p. 1155).

A perplexidade inicial do protagonista se converte em um aferrado ceticismo quanto à existência do lugar descrito pelo visitante. Sua relutância desafia os argumentos aparentemente lógicos do forasteiro, que é contrariado por réplicas que se baseiam no conhecimento que Square orgulhosamente detêm de seu mundo geometricamente plano. Novamente, a essência da alteração está no confronto entre duas formas de racionalização da realidade, que, na verdade, não são excludentes. O espaço interno da caverna não deixa de existir porque há um mundo para além de suas paredes. Mas, a dificuldade em admitir que a plausibilidade desse universo exterior enrijece as correntes do senso comum. Assim, o protagonista assume o papel do soberano de Linhalândia e, mesmo quando se esforça para assimilar o que lhe é apresentado, seus modelos de representação do real se interpõem. Como se trata de uma narrativa retrospectiva, encontramos na passagem abaixo a admissão da personagem de suas dificuldades:

Todo leitor de EspaçoLândia vai facilmente entender que meu convidado misterioso estava falando a linguagem da verdade e até da sinceridade. Mas, para mim, embora eu fosse competente na Matemática de Planolândia, não era de forma alguma uma questão simples [...] Mas, para mim, embora eu visse os

fatos na minha frente, as causas continuavam obscuras (ABBOTT, 2019, p. 1216).

Assim como os acorrentados de Platão e as linhas de Abbott, as reações de Square se tornam cada vez mais agressivas até o momento no qual sua frustração e sua ira assumem a materialidade de um ataque físico. “Monstro – gritei – seja o senhor prestidigitador, feiticeiro, sonho ou demônio, não vou mais tolerar sua zombaria. Um de nós deve morrer. E tendo dito isso, avancei sobre ele” (ABBOTT, 2019, p. 1270).

Ainda que o ataque tenha sido inócuo, o forasteiro, diante da gravidade da situação, o forasteiro não encontra alternativa senão conduzir Square para uma visita a EspaçoLândia. A partir deste ponto, a narrativa se coaduna como a arquitetura narrativa das utopias tradicionais, ou seja, o protagonista se torna o convidado em um mundo que se revela ao mesmo tempo como uma surpresa e a realização de seus desejos. “Olhei, e eis que estava lá um novo um novo mundo! Lá estava, na minha frente, manifestadamente materializado, tudo o que antes eu havia inferido, conjeturado, sonhado, de perfeita beleza circular” (ABBOTT, 2019, p. 1324).

A relação entre as personagens, então, transforma-se totalmente. Square passa a se referir à esfera como seu guia e professor – funções típicas de uma ou mais indivíduos na literatura do gênero –, que lhe apresenta a utopia do espaço e lhe ensina suas particularidades. Complementarmente a essa mudança interacional, um caráter místico e messiânico, já brevemente mencionado anteriormente na obra, começa a se impor. O protagonista é instruído sobre as características da utopia com um objetivo muito específico: assumir a função de um arauto daquela realidade superior em seu próprio mundo. Se o movimento de ascense, literal e também simbólico, é mencionado diversas vezes na comparação entre Planolândia e EspaçoLândia, a sublimação metafísica do segundo já é claramente evidenciada mesmo antes da ida viagem do protagonista. “Eu tinha esperança de encontrar no senhor (por ser um homem de bom senso e um matemático de primeira) um apóstolo do Evangelho das Três Dimensões, que tenho a

permissão de pregar apenas uma vez a cada mil anos” (ABBOTT, 2019, p. 1277).

A discussão dos desdobramentos da caracterização místico-messiânica da utopia na obra extrapolaria os objetivos e o escopo do presente artigo. Não obstante, alguns breves aspectos devem ser ao menos mencionados.

Ainda que a referência mais imediata aos termos messias e apóstolado seja muito provavelmente o texto Bíblico, é preciso considerar que o ideal messiânico pode ser encontrado em crenças e textos anteriores a sua associação com a imagem de Jesus Cristo, como a espera judaica pelo *Mashiach* ou a *Écloga IV*, de Virgílio. A partir desses exemplos, já é possível notar a íntima relação do messianismo com o utopismo, ainda que este não tivesse alcançado ainda a sua ênfase na transformação social. Essa proximidade assumirá diferentes contornos ao longo dos séculos, dependendo os contextos socioculturais nos quais essas visões se manifestaram. Ao sintetizar algumas reflexões de Walter Benjamin e Ernst Bloch, Michael Löwy (2011) percebe a semelhança na avaliação de ambos os pensadores da intensa energia utópica que perpassou o século XIX. Segundo eles, o messianismo judaico-cristão teria assumido um compromisso social objetivo durante o Romantismo, em que discursos místicos sobre uma vindoura “nova era” se misturavam com ideais revolucionários cada vez mais alinhados com o marxismo. “Trata-se de uma espiritualidade messiânica revolucionária que tece, entrelaça, entrecruza de modo inextricável o fio da tradição religiosa com o da utopia social” (LÖWY, 2011, p. 40).

Tendo vivido a maior parte de sua vida no Oitocentos, Edwin Abbott (1838 – 1926) testemunhou esse processo de articulação entre religião e sociologia, assim como a volumosa escritura de textos utópicos no período. Como herdeiro de tendências românticas no pensamento e na literatura, é interessante perceber como o autor inscreve essa fusão de perspectivas em sua obra.

Além disso, o encontro entre Square e o visitante de EspaçoLândia ocorre justamente na noite de passagem

para um novo milênio, momento que obviamente concentra uma enorme carga utópica e instiga sensivelmente o imaginário coletivo. O milenarismo carrega intrinsecamente em si o sonho da perfeição social. Portanto, a vinda da esfera como anunciadora de outra realidade possível é simbolicamente muito representativa. *Planolândia* não foi publicada em um contexto mudança de milênio, mas é importante perceber que o texto antecede em apenas alguns anos a chegada do século XX, passagem que também potencializa as expectativas e as projeções de um futuro melhor. Como afirma a Prof^a Laura de Izarra,

Nos fins de séculos, os imaginários da sociedade apontam para futuros apocalípticos ao mesmo tempo que para a esperança de um mundo novo renascendo das cinzas. Os autores dessas narrativas articulam convenções compartilhadas apropriando-se dos diferentes discursos que circulam na sociedade e negociam suas ressignificações com as práticas sociais vigentes no seu contexto (IZARRA, 2001, p. 07).

Square aceita o cargo de um apóstolo das três dimensões, isto é, a função de disseminar dentre seus pares a boa nova da existência não apenas de um outro espaço, mas também de uma nova definição de espacialidade. Ao assumir essa atribuição, o protagonista se transforma efetivamente em um instrumento de propagação de uma sociedade utópica. Nesse sentido, o texto delinea como projeto específico um aspecto que se apresenta de forma implícita nas utopias tradicionais: após conhecer a *ethos* modelar, o viajante retorna para sua terra natal na intenção de revelar suas descobertas e contribuir, com base no que foi visto e aprendido, para a transformação social.

Previamente a início dessa trajetória de evangelização, uma cena muito representativa é descrita no texto, que abordaremos brevemente aqui. Profundamente entusiasmado pelas descobertas alcançadas em EspaçoLândia, Square questiona seu guia sobre a existência de uma realidade ainda mais elevada, na qual os indi-

víduos vivessem em quatro dimensões. A personagem se baseia tanto em sua racionalidade quanto em suas experiências prévias para sugerir e, posteriormente, defender essa possibilidade.

Eu anseio, tenho sede de mais conhecimento. Indubitavelmente não podemos ver aquela outra Espaçoândia mais elevada agora porque não temos olhos em nossos estômagos. Mas, da mesma forma como existia o reino de Planolândia, embora aquele pobre e insignificante monarca de Linhalândia não pudesse virar nem para a direita nem para a esquerda para vê-lo, e da mesma forma como existia, bem à mão, tocando em minha estrutura, a Terra das Três Dimensões, embora eu, cego tolo miserável, não tivesse o poder de tocá-la, nem um olho em meu interior para percebê-la; certamente existe uma quarta dimensão, que meu senhor percebe com o olho interior do pensamento (ABBOTT, 2019, p. 1493-1502)

Contudo, a reação da esfera é semelhante àquelas do soberano de Linhalândia e do próprio A. Square anteriormente, isto é, de incredulidade e de irritação, como notamos no diálogo a seguir: “Mas, onde fica esta terra das quatro dimensões? / Não sei, mas sem dúvida, meu professor sabe. / Eu não, não existe tal terra. O próprio conceito de tal lugar é totalmente inconcebível” (ABBOTT, 2019, p. 1482). Percebemos, desse modo, que, não obstante o tom emancipatório de sua preleção, o mensageiro de Espaçoândia não consegue evitar um olhar restritivo da sua própria realidade, entendida como a mais adequada e ampla possível. Na obra, cada personagem confrontada com uma perspectiva alternativa de existência se comporta de maneira similar aos prisioneiros de Platão. Em cada um dos espaços mencionados, os habitantes sublimam seu modo de viver e desprezam violentamente quaisquer outras propostas.

A esfera até admite a existência de conterrâneos que afirmam ter vislumbrado a terra das quatro dimensões, mas desautoriza suas visões por meio do mesmo discurso dos cativos da caverna, caracterizando-as como

ilusões de uma visão e de uma consciência perturbadas. “Mas a maioria das pessoas diz que essas visões surgiram do pensamento (o senhor não vai me entender), do cérebro, da angularidade perturbada daquele que viu” (ABBOTT, 2019, p. 1519).

A empreitada, no entanto, parece ser inevitavelmente fadada ao insucesso. Antes mesmo de retornar para Planolândia, Square já vislumbra qual será o seu destino em meio a seus conterrâneos. Ao observar o conclave dos círculos mais honoráveis de seu país, o protagonista ouve a seguinte decisão:

Visto que os Estados haviam sido atormentados por diversas pessoas mal-intencionadas que alegavam ter recebido revelações de outro mundo, e que afirmavam apresentar provas por meio das quais tinham fomentado até a loucura tanto a si mesmos quanto outros, fora unanimemente decidido pelo Grande Conselho que no primeiro dia de cada milênio fossem dadas ordens especiais aos governadores das várias comarcas de Planolândia para que fossem feitas rigorosas buscas por tais pessoas mal orientadas, e que, sem a formalidade de um exame matemático, fossem destruídos todos os isósceles de quaisquer graus, e flagelados e presos quaisquer triângulos regulares, e enviados quaisquer quadrados ou pentágonos ao asilo da comarca, e detidos todos os de posição social mais elevada e mandados imediatamente para a capital para serem julgados e examinados pelo Conselho (ABBOTT, 2019, p. 1385-1395).

De certa forma, podemos afirmar que as violentas reações dos prisioneiros na caverna de Platão são institucionalizadas e transformadas em dispositivos políticos de controle na obra de Abbott. Obviamente, nesse caso não se tratam de manifestações de ignorância e de medo que mantém os indivíduos irredutíveis em sua defesa do sistema estabelecido, mas de uma dinâmica de poder que alimenta esses temores como o intuito de preservar suas posições hierárquicas. Dessa forma, o

autor inscreve o mito da caverna em um contexto de relações sociopolíticas de um Estado claramente autoritário, ainda que visto como racional. Não se trata, portanto, do mundo das ideias em contraste com as restrições da existência sensível, mas o conflito entre uma ideologia estabelecida e a possibilidade de uma organização alternativa. A resistência ao ideal utópico, assim, é um projeto de sustentação do poder estabelecido. Cria-se, a nosso ver, uma alegoria sociológica que recupera e remodela a alegoria filosófica da caverna.

Como já previsto pelo seu guia, o destino do protagonista é a mesmo de outros apóstolos das Três Dimensões: a perseguição e o encarceramento. Inicialmente, a personagem tenta abordar o tema por meio da escrita de um tratado que, apesar de concentrar as suas experiências na EspaçoLândia, assumia o estatuto de ficção. Podemos afirmar que Square produz um texto utópico com o propósito característico do gênero, ou seja, conscientizar seus pares das limitações de sua sociedade.

Diante da dificuldade em se expressar claramente suas visões e da incredulidade daqueles que tiveram acesso a seus escritos, Square passa a proferir discursos orais cada vez mais heterodoxos e perigosos, até que, diante da Assembléia Legislativa de sua metrópole, a personagem assume um tom objetivo e decisivo.

A princípio fingi estar descrevendo experiências imaginárias de uma pessoa fictícia, mas meu entusiasmo logo me forçou a dispensar o disfarce e, finalmente, em um discurso inflamado, exortei todos os meus ouvintes a se despirem dos preconceitos e se tornarem adeptos da Terceira Dimensão. Preciso dizer que fui imediatamente detido e levado perante o Conselho (ABBOTT, 2019, p. 1682).

Após um breve e tendencioso inquérito, o protagonista é condenado à prisão perpétua, sem a possibilidade de contato externo, com exceção das visitas ocasionais de seu irmão. No desfecho da obra, Square relata que, depois de sete anos de aprisionamento, sua amargura e sua frustração afetam seu equilíbrio mental, levan-

do-o a questionar a materialidade de tudo o que rodeia e de tudo o que ele viu. A personagem passa a questionar os limites entre o real e o sonho. “Sim, quando até esta parede dura que me separa da minha liberdade, as mesmas tabuinhas sobre as quais escrevo, e todas as realidades substanciais da própria Planolândia não me parecem melhores do que os produtos de uma imaginação doentia, ou a trama infundada de um sonho” (ABBOTT, 2019, p. 1722).

Além do aparente caráter metalinguístico desse comentário final, percebemos que o isolamento resulta em um processo de problematização da própria consciência do mundo. Em uma analogia mais livre, poderíamos dizer que o prisioneiro não apenas retorna para a caverna, mas volta a ser aprisionado nela, o que turva a essência das revelações que havia experimentado. Ou ainda, que o utopista é condenado à intangibilidade do sonho.

À guisa de conclusão, a aproximação do mito de Platão com a literatura utópica, em geral, e com a obra *Planolândia*, em específico, permite algumas reflexões profícuas para os estudos do gênero.

Em primeiro lugar, as utopias são problematizações da realidade social de um determinado período que exortam seus leitores e leitoras a conjecturarem sobre as sombras que os cercam e os limites sempre questionáveis de seus modos de vida. Entendemos, todavia, que o efeito potencial crítico dos textos utópicos não se encontra no desvelamento de uma verdade pura inalcançável pela maioria dos sujeitos como em *A república*, mas na desestabilização de verdades fossilizadas no meio social e na figuração de estruturas que servem de parâmetro para esse processo.

Além disso, percebemos que os ataques ao idealismo utópico nem sempre são oriundos de uma preocupação com o caráter autocrático e homogeneizador, mas podem advir de discursos conservadores e reacionários que, muitas vezes, estão inscritos no imaginário coletivo e nos dispositivos de poder que os alimentam.

Em um olhar que flexibiliza as fronteiras da mimese, os utopistas assumem a função retórica dos protago-

nistas nas distopias referenciais do século XX. Mesmo que nem sempre eles lutem diretamente contra regimes totalitários e governos distópicos, eles oferecem uma visão que desafia não apenas a ausência de nosso mútuo olhar, mas também a extensão da caverna e a força dos grilhões que no mantém no mesmo lugar.

NOTAS

- 1 A *modalidade utópica*, anterior ao gênero utópico [...] designa uma categoria geral de pensamento que representa toda formulação (não apenas escrita) que permita a visualização de realidades paralelas à realidade efetiva (RIBEIRO, 2009, p. 140).
- 2 Do original: They differed, however, in the way they presented that fiction; and it could not have been otherwise, as More created the word utopia because he needed to designate something new, which included the narrative scheme he invented. In spite of that, the word is used nowadays to refer to texts that were written before More's time, as well as to allude to a tradition of thought that is founded on the consideration, by means of fantasy, of alternative solutions to reality.
- 3 Do original: Utopia is the expression of the desire for a better way of being.
- 4 Não há unanimidade dentre os teóricos em relação ao uso desses termos e sobre os aspectos que os definiriam. Entretanto, a maioria dos estudiosos concorda que as utopias satíricas (uma versão negativa da utopia para criticar a sociedade real, segundo VIEIRA (2010)) e as antiutopias (o uso da forma utópica para atacar uma utopia ou o utopismo em geral, conforme SARGENT (1994)) dos séculos XVIII e XIX abriram caminho para as populares distopias do século XX.
- 5 Do original: In order to create his neologism, More resorted to two Greek words – ouk (that means not and was reduced to u) and topos (place), to which he added the suffix ia, indicating a place. Etymologically, utopia is thus a place which is a non-place, simultaneously constituted by a movement of affirmation and denial.
- 6 Do original: In mathematical and scientific circles, Edwin Abbott Abbott is known for one thing and one thing only: his mathematical fantasy *Flatland*. To his contemporaries, however, he was renowned as a teacher, writer, theologian, Shakespeare scholar, and classicist. His entry in the *Dictionary of National Biography* occupies more than two double-column pages, yet *Flatland* is not mentioned.
- 7 “O deus que vos formou misturou ouro na composição daqueles de entre vós que são capazes de comandar: por isso são os mais preciosos. Misturou prata na composição dos auxiliares; ferro e bronze na dos Lavradores e na dos outros artesãos” (PLATÃO, 2000, p. 111)
- 8 Do original: widespread Victorian misreading in which the central feature of evolutionary change is *progress* toward a higher state. This misreading appealed to the Victorians because it provided a biological justification for an inequitable society driven by privilege.

- 9 O nome da personagem é, sem dúvida, irônico, já A. Square seria equivalente em Língua Portuguesa a expressão “Um Quadrado”, forma que o protagonista realmente tem.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, E. A. (2019). *Planolândia – Um romance de muitas dimensões*. Trad. Thiago Ferreira. Ebook Kindle. Pictorial Editora.
- _____. (2002). *The Annotated Flatland – A Romance of Many Dimensions*. New York: Basic Books.
- CHAUÍ, M. (2000). *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática.
- COELHO, T. (1981). *O que é utopia?* São Paulo: Brasiliense.
- FORTUNATI, V. (2000). Utopia as a Literary Genre In: FORTUNATI, V. & TROUSSON, R. (ed.) *Dictionary of Literary Utopias*. (p. 634-643). Paris: Champion.
- IZARRA, L. P. Z. (org). (2001) *A Literatura da Virada do Século: Fim das Utopias?* São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP.
- LEVITAS, R. (2010). *The concept of utopia*. Oxford (UK): Peter Lang.
- LÖWY, M. (2011) *Messianismo, utopia e socialismo moderno*. WebMosaica - Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: v.3 n.2 (jul-dez), p. 40-50.
- MOYLAN, T. (2014). *Demand the impossible: science fiction and the utopian imagination*. Bern, Switzerland: Peter Lang AG.
- PLATÃO. (2000). *A república*. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural.
- RIBEIRO, A. C. R. (2009). A utopia e a sátira. *Morus - Utopia e Renascimento*. Campinas: Unicamp, v. 6, p. 139-147.
- SARGENT, L. T. (1994). The three faces of utopianism revisited. *Utopian studies*, v. 5, n. 1, p. 1-37.
- SILVA, F. M. (2017). *A República de Platão: uma introdução à filosofia*. 1ª edição. Guarapuava: Apolodoro Virtual Edições.
- VIEIRA, F. (2010). The concept of utopia. In: CLAEYS, G. (Ed.). *The cambridge companion to utopian literature*. (p. 3-27). New York: Cambridge University Press.

O AUTOR

Evanir Pavloski é doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná. Professor Associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná.
 ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1986-3589>.
 E-mail: evanir.pv@gmail.com

